

		UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS DEPARTAMENTO DE ZOOTECNIA E DESENVOLVIMENTO RURAL PLANO DE ENSINO			
SEMESTRE 2025/1					
CÓDIGO	NOME DA DISCIPLINA	CH teórica	CH prática	CH extensão	CH total
EXR 7402	Legislação Agrária, Gestão e Planejamento Ambiental	20	16	0	36
I. HORÁRIO					
AULAS TEÓRICAS			AULAS PRÁTICAS		
4as feiras das 16h20min às 18h00min			Laboratório de Informática		
II. PROFESSOR(ES) MINISTRANTE(S):					
Paola Beatriz May Rebollar					
III. PRÉ-REQUISITO(S):					
CÓDIGO	NOME DA DISCIPLINA				
Não há	Não há				
IV. CURSO(S) PARA O(S) QUAL(IS) A DISCIPLINA É OFERECIDA					
Agronomia e Zootecnia					
V. EMENTA					
Desenvolvimento integrado. Legislação agrária. Base legal e legislação para a gestão ambiental. Auditoria ambiental. Controle de qualidade ambiental. Planejamento e o enfoque ambiental.					
VI. OBJETIVOS					
A. Conhecer os principais instrumentos jurídicos que regem as questões ambientais e agrárias brasileiras; B. Identificar ferramentas de controle e monitoramento da qualidade ambiental; C. Analisar exemplos de projetos de desenvolvimento rural e conservação ambiental.					
VII. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO					
1. Desenvolvimento integrado: conceitos de desenvolvimento e objetivos de desenvolvimento sustentável. 2. Legislação agrária brasileira. 3. Base legal e legislação para a gestão ambiental. 4. Ferramentas de controle da qualidade ambiental: licenciamento, auditoria ambiental e planejamento.					
VIII. METODOLOGIA DE ENSINO/ DESENVOLVIMENTO DO PROGRAMA					
a) Aulas expositivas e dialogadas com apoio de equipamento multimídia (14 h/a); b) Exercícios aplicados sobre os temas trabalhados (14h/a) c) Apresentação de Seminários (8h/a)					
*São requisitos para aprovação: frequência mínima de 75% e nota final igual ou maior que 6. *A prova de recuperação abrangerá todo o conteúdo trabalhado durante o semestre. *Situações emergentes podem provocar alterações neste plano de ensino.					
IX. METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO					

Avaliação 1: Prova individual 1 (P1)

Avaliação 2: Exercícios realizados em sala de aula

Avaliação 3: Apresentação do Seminário

* Em todas as avaliações os critérios empregados serão:

1 – Clareza – capacidade de expressão escrita e oral compreensível (40%);

2 – Coerência – capacidade de responder/explicar o que foi perguntado ou solicitado (40%);

3 – Correção ortográfica e gramatical na expressão oral e escrita (20%).

Conforme a RESOLUÇÃO Nº 17/CUn/97, de 30 de setembro de 1997 que dispõe sobre o Regulamento dos Cursos de Graduação da UFSC é importante atentar para os seguintes aspectos:

Art. 70 - A verificação do alcance dos objetivos em cada disciplina será realizada progressivamente, durante o período letivo, através de instrumentos de avaliação previstos no plano de ensino.

§ 2º - O aluno com frequência suficiente (FS) e média das notas de avaliações do semestre entre 3,0 (três) e 5,5 (cinco vírgula cinco) terá direito a uma nova avaliação no final do semestre.

Art. 72 - A nota mínima de aprovação em cada disciplina é 6,0 (seis vírgula zero).

Art. 73 - É facultado ao aluno requerer ao Chefe do Departamento a revisão da avaliação, mediante justificativa circunstanciada, dentro de 02 (dois) dias úteis, após a divulgação do resultado.

Art. 74 - O aluno, que por motivo de força maior e plenamente justificado, deixar de realizar avaliações previstas no plano de ensino, deverá formalizar pedido de avaliação à Chefia do Departamento de Ensino ao qual a disciplina pertence, dentro do prazo de 3 (três) dias úteis, recebendo provisoriamente a menção I.

X. CRONOGRAMA DAS AULAS (TEÓRICAS E PRÁTICAS) E CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Semana	Data	CH Teórica	CH Prática	CH Extensão	Conteúdo Programático
1	12/03	2	0	0	Apresentação do plano de ensino
2	19/03	2	0	0	Desenvolvimento integrado: conceito de desenvolvimento.
3	26/03	2	0	0	Desenvolvimento integrado: objetivos de desenvolvimento sustentável.
4	02/04	2	0	0	Histórico da legislação agrária brasileira
5	09/04	2	0	0	Histórico da legislação ambiental brasileira
6	16/04	2	0	0	Legislação ambiental e agrária para o ordenamento territorial
7	23/04	2	0	0	Apresentação de estudos sobre a legislação
8	30/04	2	0	0	Apresentação de estudos sobre a legislação
9	07/05	2	0	0	Apresentação de estudos sobre a legislação
10	14/05	2	0	0	Semazoot
11	21/05	2	0	0	Ferramentas de controle da qualidade ambiental: sensoriamento remoto e fotointerpretação
12	28/05	2	0	0	Base legal e legislação para a gestão ambiental: licenciamento ambiental
13	04/06	0	2	0	Base legal e legislação para a gestão ambiental: estudos de impacto ambiental e auditoria

14	11/06	0	2	0	Ferramentas de controle da qualidade ambiental: matrizes de avaliação de impacto
15	18/06	0	2	0	Seminários: Licenciamento Ambiental
16	25/06	0	2	0	Seminários: Licenciamento Ambiental
17	02/07	0	2	0	Prova
18	09/07	0	2	0	Prova de Recuperação
XI. BIBLIOGRAFIA BÁSICA					
SEWELL, Granville H. Administração e controle da qualidade ambiental. São Paulo: EPU/Ed.USP/CETESB, 1978. Número de chamada 577.4 S516a (10 exemplares). SHIGUNOV NETO, Alexandre; SHIGUNOV, Tatiana; CAMPOS, Lucila Maria de Souza. Fundamentos da gestão ambiental. Rio de Janeiro (RJ): Ciência Moderna, 2009. Número de chamada: 304:577.4 S555f (8 exemplares) VIOLA, Eduardo J. Meio Ambiente, Desenvolvimento e Cidadania: desafios para as ciências sociais. São Paulo / Florianópolis: Cortez Editora/Editora da UFSC, 1995. Número de chamada 304:577.4 M514 (1 exemplar)					
XII. BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR					
ALVARENGA, Maria Inês Nogueira; SOUZA, Jeferson Antônio de. Bases para a elaboração do estudo de impacto (EIA) e do relatório de impacto ao meio ambiente (RIMA). Informe Agropecuário (Belo Horizonte), Belo Horizonte, 202, p. 12-19, jan./fev. 2000. CONSTITUIÇÃO FEDERAL. Constituição da República Federativa do Brasil. 1988 - "CAPÍTULO VI DO MEIO AMBIENTE - Art. 225" EPAGRI, Empresa de Pesquisa Agropecuária e de Extensão Rural de Santa Catarina. Zoneamento Agroecológico Socioeconômico do Estado de Santa Catarina. Disponível em: http://ciram.epagri.sc.gov.br. LAC. Levantamento Agropecuário Catarinense. 2002-3. http://cepa.epagri.sc.gov.br/Dados_do_LAC/lac_indice em 15 de junho de 2009. 163p. NETTO, Dilermano Antunes. Teoria e prática, direito ambiental. Leme (SP): Anhanguera Editora Jurídica, 2009. Resolução CONAMA nº 001 de 23 de janeiro de 1986 EIA/RIMA. Estabelece as definições, as responsabilidades básicas e as diretrizes gerais para uso e implementação da Avaliação de Impacto Ambiental como um dos instrumentos da Política Nacional do Meio Ambiente. RODRIGUES, Geraldo Stachetti. Indicadores de sustentabilidade, avaliação de impactos e gestão ambiental de áreas rurais. Informe Agropecuário (Belo Horizonte), Belo Horizonte, v.30, n. 252, p. 80-89, set. 2009. SANTA CATARINA. Governo do Estado. Lei nº 14.675, de 13 de abril de 2009. Institui o Código Estadual do Meio Ambiente e estabelece outras providências. Florianópolis, 2009. SILVA, ANTONIO LUIZ DE PAULA E. Utilizando o planejamento como ferramenta de aprendizagem. São Paulo, 2003.					